

Aos trabalhadores não docentes dos Institutos Politécnicos

Quadros de pessoal não docente

A falta de vontade política continua Greve Geral dia 30 de Maio

Os trabalhadores dos Institutos Politécnicos (IPs) esperaram desde 1979 pelos quadros de pessoal, cuja inexistência ou inadequação dos existentes, veio permitir a contratação em regime de contrato de provimento de centenas de trabalhadores, para que pudesse ser dada resposta às necessidades do serviço, trabalhadores que estão a ser vítimas de injustiças e que vivem sempre com a insegurança.

O Sindicato, após longo e persistente período de acção sindical, no âmbito da Federação Nacional dos sindicatos da Administração Pública (FNSFP), que atravessou todos os governos, que sem excepção, iniciavam o processo com grande abertura, mas na hora da decisão esbarravam com a falta de vontade política.

A estabilidade de emprego é um direito!

A Federação nunca teve dúvidas sobre o direito dos trabalhadores dos IP à transição nomeadamente, em contrato administrativo de provimento, para lugar do Quadro em nomeação definitiva com respeito pelos direitos adquiridos ao longo de toda a sua vida profissional e o Ministério da Ciência Tecnologia e do Ensino Superior (MCTES) sempre concordou com esta posição.

Com o anterior Governo, por pressão dos trabalhadores, os quadros chegaram a ser enviados para a Secretaria de Estado do Orçamento para aprovação, bem como o projecto de decreto-lei que continha as normas transitórias para os mesmos.

Já com o Governo Sócrates, tivemos uma reunião com o Ministro Mariano Gago e, outras tantas, com os seus assessores, que por considerar que o anterior governo, na altura em gestão, não tinha competência para inovar em gestão de pessoal, decidiu pedir as propostas quadros à Secretaria de Estado do Orçamento para apreciação e, assumiu o compromisso com a FNSFP de que apresentaria novas propostas de quadros de pessoal. Sem que no entanto tenha entanto tenham sido vistos resultados.

Fomos obrigados recorrer aos tribunais

Perante estes factos, a Federação interpôs uma acção administrativa comum contra o Ministério da Ciência Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e o Ministério das Finanças e da Administração Pública (MFAP) dado o facto de não estar a ser cumprida a lei, que obriga desde 1979, à elaboração de novos quadros e a integração de todos os trabalhadores dos IPs.

Em resultado desta acção judicial, o MCTES um projecto de diploma que “aprova as regras para a elaboração de novos quadros de pessoal não docente dos IP, bem como as regras de transição para os mesmos”.

A Federação considerou este projecto globalmente positivo no que à transição diz respeito, porque o MCTES assume que todos os trabalhadores em contrato administrativo de provimento transitam para os novos quadros, de regime Público, para lugares de quadro em nomeação definitiva com e, os trabalhadores que estão nos IPs com CIT ingressam num quadro do Regime de Contrato Individual de Trabalho. A Federação, tendo em consideração a correspondência trocada com o MCTES, considerou que este processo estava a andar, tudo o indicava.

Mais uma vez o governo não se entende

No passado dia 17 de Abril numa sessão convocada, pela Juíza para prestação de esclarecimentos, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, estiveram presente a FNSFP, o MCTES e o MFAP.

Assistimos ao espectáculo deprimente de ver os representantes dos ministérios a acusarem-se mutuamente pela falta de comunicação entre eles – pois o representante do MFAP disse desconhecer a existência do projecto de diploma, acima referido, todas as diligências feitas pelo MCTES nomeadamente o envio dos quadros de pessoal para a Secretaria de Estado do Orçamento e também os ofícios em que era solicitado o ponto da situação, datados de 6 de Dezembro de 2006 e 11 de Abril de 2007.

A luta vai continuar

Este episódio é esclarecedor quanto à forma de funcionamento deste governo. A Federação e os trabalhadores não vão desistir de exigir o cumprimento da lei e jamais aceitarão que o seu futuro não passe pela integração nos novos quadros com respeito pelos seus direitos adquiridos.

Vamos continuar a luta

**TEMOS MUITAS RAZÕES PARA ADERIR
À GREVE DE 30 DE MAIO!**

A Direcção Nacional